

*Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*

**GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos – Foco em Povos Tradicionais,  
Indígenas e Quilombolas**

**Relato - Segunda reunião de trabalho**

**Brasília, 2 de junho de 2016**

Os debates desta 2ª oficina se deram em torno da importância da efetivação da participação de povos tradicionais, indígenas e quilombolas no processo de tomada de decisão sobre a implantação de grandes projetos e a forma como eles se realizarão, além da situação atual do licenciamento ambiental e possibilidades e limites para melhoria de diálogo e da eficácia desse processo.

O histórico de relação entre esses povos e empreendimentos de grande porte no Brasil contém inquestionável carga negativa para esses interlocutores, em virtude de impactos socioambientais, motivadores de pressões e violações de direitos. A exploração dos recursos naturais é situada como objeto de disputa entre os grandes empreendimentos e os povos tradicionais, de forma que o avanço da agenda desenvolvimentista do país significa para muitos a intensificação de conflitos e ameaça aos direitos já conquistados.

A Consulta Prévia, direito previsto na convenção 169 da OIT, ratificada pelo governo brasileiro, é considerada pelos participantes um mecanismo central. Segundo o diagnóstico do grupo, a aplicação da convenção ocorre de forma lenta, com baixa efetividade e não conta com a devida regulamentação. Muitas vezes as consultas são fragilizadas e seus resultados negligenciados, não sendo incorporadas as decisões das comunidades ao processo de licenciamento, por exemplo.

O reconhecimento do direito ao veto para os povos tradicionais, indígenas e quilombolas quando consultados sobre projetos de desenvolvimento que afetam

seus territórios gerou diversos posicionamentos entre os participantes, reafirmando a importância deste debate, sendo consenso que o resultado de tais processos deve gerar acordos vinculantes.

A participação da sociedade desde o planejamento das obras, passando pelos estudos de impacto e todo o processo de licenciamento, pode facilitar para que haja consentimento das comunidades e redução dos conflitos. Da mesma forma, o grupo acredita que a consulta prévia, livre e informada não poderia ser vista como um entrave. Ao contrário, é uma oportunidade para o estabelecimento de novas relações entre o Estado, empresas e comunidades tradicionais e indígenas, de forma a valorizar a diversidade cultural e de modo que essas últimas possam oferecer complementações e outra perspectiva sobre os fundamentos do desenvolvimento. Deve ser implementada respeitando-se seu caráter público, participativo, livre de pressões, garantindo-se transparência e flexibilidade para atender à diversidade de cada povo em questão, devendo ocorrer ao longo de todo o processo de licenciamento ambiental.

O difícil acesso à informação e o sucateamento dos órgãos ambientais e intervenientes, bem como a sobrecarga aos servidores públicos, falta de autonomia e pressões políticas sobre os processos foram mencionados como entraves à eficácia do licenciamento ambiental no País.

A necessidade de articulação com políticas públicas e mesmo espaços de participação previstos – tais como conselhos – foi reiterada pelos participantes. As responsabilidades sobre impactos, mitigação, compensação e efetivação dos direitos constitucionais precisariam ser melhor delimitadas e distribuídas.

Ao final do debate os presentes indicaram sugestões de aprofundamento de alguns pontos levantados, tais como o detalhamento das instâncias para consulta prévia, licença social para operar, fluxo operacional do licenciamento ambiental, bem como metodologias para o próximo encontro, que deverão ser incorporadas pelo GVces/IFC.

## **Comentários sobre o andamento do trabalho**

Os participantes recomendaram maior envolvimento de representantes de governos nos diálogos do GT, uma vez que este é o principal vetor de planejamento territorial e implantação de grandes obras de infraestrutura. Para alguns, o Estado falha em não visualizar que iniciativas como esta podem contribuir para o diálogo futuro, para melhoria dos processos em questão e ampliação da participação no debate sobre o desenvolvimento como um todo. Foi também sugerida a ampliação da participação de representações da sociedade civil, tais como grupos de mulheres, comunidades quilombolas e ribeirinhas, dentre outros grupos tradicionais. A necessidade de criação de espaços de interação transversal, bem como ampliação e irradiação dos debates em curso entre os grupos de trabalho envolvidos na iniciativa foi preocupação destacada pelos presentes.

Por outro lado, foi realçada a oportunidade de contato, no âmbito da iniciativa, entre representantes de povos tradicionais e empresas, e destacada a presença e envolvimento do setor financeiro, na figura da International Finance Corporation (IFC). O espaço para diálogo propositivo e a busca de construção de posicionamento comum entre os participantes, envolvendo distintos setores, diferencia-se assim de outros processos semelhantes, segundo falas dos presentes.

## **QUEM PARTICIPOU**

Participaram da reunião: Cassio Ingles de Sousa e Isabelle Vidal (consultores independentes/GVCes); Marcos Dal Fabbro, Kena Azevedo Chaves e Miria Alvarenga (GVCes); João Paulo Diniz Abud e Laura Oller (International Finance Corporation – IFC); João Neves, Toia Manchineri, Francinara Martins, Kleber Luiz dos Santos e Paulo Celso Oliveira (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB); Clarisse Dall Acqua (Banco Mundial); Mailson Cruz (estudante UFPA); Modesta Carvalho e Rubens Gomes (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA); Hélcio Souza (The Nature Conservancy - TNC); Bruno Gomes

(Agenda Pública); Alessandra Bezerra Lima (Caixa Econômica Federal); Adriana Coli (Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico - FMASE); Aletea Rufino e Ieda Brasil (Fundação Amaggi); Biviany Rojas e Juliana de Paula (Instituto Socioambiental – ISA); Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN); Sofia Kelly G Furmanski (Samarco); Andrea Hafner, Thais Pereira e Gustavo Niskier (Vale); Deusina Cruz (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS). Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições, mas suas perspectivas individuais.

### **Sobre a iniciativa**

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.*

*Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.*